

HISTÓRIA E CULTURAS

Revista Eletrônica do Mestrado Acadêmico em História da UECE.

MODERNIDADE ACELERADA

TEMPO, FEMINISMO E TRABALHO NA PAUTA DAS FILHAS DE MARIA. (1915-1930)

Maria Lucelia de Andrade*

Resumo:

A pia União das Filhas de Maria era um modelo de irmandade romanizada, composta exclusivamente por mulheres solteiras, presente em todas as paróquias do Brasil nas primeiras décadas do século XX. Pensadas como mulheres formadoras de opinião, as Filhas de Maria tinham uma revista própria que servia para formar e informar essas mulheres acerca das demandas da Igreja Católica. Ao longo das primeiras décadas do século XX, o trabalho feminino, especialmente nas incipientes fábricas nacionais, passou a ser alvo do discurso moralizador e formador da Igreja, que via nos espaços das fábricas um possível lugar de degeneração moral para as mulheres que lá trabalhavam. É nesta perspectiva que a mulher operária passa a figurar nos discursos da revista Maria, a revista das Filhas de Maria.

Palavras-chave: Igreja Católica – Operárias – Imprensa – Revista Maria

Abstract:

The União das Filhas de Maria (Daughters of Maria) was a model of Roman Catholic sisterhood, present in all dioceses throughout Brazil, comprised exclusively of single women during the initial decades of the 20th century. Projecting women as influential in forming public opinion, through its magazine, the organization formed and informed women on Roman Catholic principles. Throughout the first decades of the 20th Century, women workers in the newly created factories became the objective of the churches moralizing campaigns. The factories were viewed as a place of possible moral degeneration for women workers, and it is in this world view were projected in the organizations magazine.

Keyword: Catholic Church, women workers, press, Magazine Maria

Recebido: 28/11/2016

Avaliado: 09/01/2017

* Possui graduação em História - Licenciatura Plena pela Universidade Estadual do Ceará (2004). É mestra em História Social na Universidade Federal do Ceará. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da UFC.

Um Enredo de Muitas Personagens

A Pia União das Filhas de Maria era uma irmandade religiosa leiga composta exclusivamente por mulheres solteiras católicas. O modelo surgiu na Europa, e no Brasil ganhou visibilidade em fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, quando a Igreja Católica do país passava por um profundo processo de mudança e reordenamento¹. A nomenclatura oficial desta associação era Pia União das Filhas de Maria, no entanto, como no Brasil as irmandades leigas tinham um papel de grande destaque na religiosidade católica, quando as Pias Uniões começaram a ser instaladas nas paróquias brasileiras, as pessoas logo começaram a chama-las de irmandade das Filhas de Maria.

Mas ao contrário das irmandades que já existiam no Brasil, desde a Colônia, a Pia União das Filhas de Maria era uma associação organizada dentro dos moldes do catolicismo romanizado, seu controle e funcionamento dependiam da figura de um sacerdote, que assumisse o papel de diretor espiritual do grupo.

A Pia União das Filhas de Maria foi parte importante do processo de reorganização e fortalecimento da Igreja católica. Dar certo protagonismo às mulheres católicas organizadas nessas congregações possibilitou de imediato que a Igreja arregimentasse um grande número de fiéis empenhadas em defender as demandas católicas frente ao Estado brasileiro. Utilizando-se bastante da metáfora da guerra, nesse caso santa, era comum a igreja se referir à essas associações como “legião branca” ou “exército mariano”.

A “legião branca” de Maria era formada por jovens de camadas médias e altas das cidades brasileiras. Nas duas primeiras décadas do século XX, a Igreja implementou a instalação de pelo menos uma Pia União das Filhas de Maria em cada paróquia do país. Nas cidades maiores, era possível encontrar mais de uma Pia União, especialmente nas escolas católicas, que constituíam suas próprias associações, compostas pelas alunas desses estabelecimentos.

As regras que orientavam a Pia União das Filhas de Maria zelavam basicamente pela moral das jovens. Estabelecendo um rígido código de postura e vigilância mútua, as associadas deveriam ser modelos de moral e comportamento nas sociedades. Espelhadas em Maria, à elas eram vetados quaisquer tipos de comportamentos desviantes. “Como anjos sobre a terra” as Filhas de Maria deveriam ser “puras em tudo e em todo lugar”. Mas o que surgiu como uma

¹ Com o fim do Padroado Régio, a Igreja se voltou para as orientações de Roma, buscando se fortalecer, no mesmo instante em que enfrentava uma série de mudanças propostas pelo Concílio Vaticano I. Esse processo de transformação ficou conhecido como Romanização e deu novas feições à Igreja no Brasil, uma vez que esta, até então, havia se submetido ao poder do Estado e não aos ditames do Papa. Em termos gerais, de acordo com Marta Abreu, o processo de Romanização pode ser entendido como sendo “*Um movimento reformador da prática católica no século XIX, principalmente na segunda metade, que buscava [...] sacralizar os locais de culto, moralizar o clero, reforçar a estrutura hierárquica da Igreja e diminuir o poder dos leigos organizados em irmandades.*” Cf.: ABREU, Marta. O Império do Divino: Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro. 1830 – 1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 312.

associação voltada basicamente para a normatização do comportamento feminino, no Brasil ganhou outro viés.

Vendo o potencial aglutinador da associação, alguns setores da Igreja Católica viram nessas mulheres reunidas a possibilidade de mobilização social em prol das disputas enfrentadas pela Igreja. Por serem mulheres pertencentes a camadas sociais privilegiadas, em sua maioria eram também mulheres letradas. A prática da leitura estava intrínseca ao papel de Filha de Maria, tanto que juntamente com sua medalha presa por uma fita azul cintilante, as associadas recebiam também um manual, no ato do seu ingresso na Pia União. A leitura do Manual era compulsória e deveria ser diária. As ações e discussões dentro do grupo eram norteadas pela leitura, fosse do manual, fosse dos opúsculos ou periódicos que a Igreja e/ou o diretor espiritual recomendava².

Nesse esteio vem a lume, a partir do Seminário de Recife, “Maria – A revista das Filhas de Maria”. Com esta revista, de publicação mensal e distribuição nacional, os sacerdotes do Seminário de Olinda dava início a uma sistematização do projeto de organizar a “legião branca” espalhada pelo país. Iniciada em abril de 1913, a publicação da revista teve uma pausa de 11 meses fora de circulação em virtude de dificuldades financeiras. Retornou a circular em abril de 1915, e não parou mais, apesar das constantes queixas de dificuldade de manutenção³.

“Maria” circulava com 30 páginas em média, impressas em papel couché com poucas ilustrações, e era enviada para todos os Estados do Brasil. E seus editores faziam um apelo para que cada paróquia mantivesse pelo menos uma assinatura da revista que deveria ser leitura obrigatória das associadas da Pia União. O ideal, no entanto, era que todas as associadas fizessem a assinatura do periódico, por isso eram constantes os apelos para se angariar novas assinantes. Mais do que o fator monetário em si, para garantir o sustento da revista, era importante garantir um número cada vez maior de leitoras.

O que em princípio pareceu apenas mais um impresso proselitista e de cunho moralizador foi se revelando um projeto mais consistente de fortalecimento da identidade da Filha de Maria como importante agente social. Para isso era preciso preparar e unificar essas mulheres em prol de causas comuns. Desse modo, logo no primeiro número de seu retorno, em abril de 1915, os editores já lançavam mão de um concurso cultural para que as leitoras escrevessem para a revista. A proposta era de que em breve “Maria” não fosse apenas uma revista feita para as Filhas de Maria, mas também pelas Filhas de Maria.

² A esse respeito ver: ANDRADE, Maria Lucelia de. “Filhas de Eva como anjos sobre a Terra” - A Pia União das Filhas de Maria em Limoeiro-CE (1915-1945). Dissertação (Mestrado) em História Social. Universidade Federal do Ceará. Departamento de História, Fortaleza, 2008.

³ Esta revista é objeto e fonte para a pesquisa em desenvolvimento, parcialmente apresentada aqui.

Os temas eram inicialmente propostos na forma de concursos, e ao propor questões como “*Que papel está reservado hoje á jovem catholica no lar domestico?*” os editores da revista deixavam claro seu intento de incentivar as leitoras a pensarem suas funções sociais, além de exercitarem a escrita que poderia também passar a figurar em outros veículos da imprensa. Os editores da revista não negavam seu interesse em despertar nas leitoras um espírito de colaboração mais combativo.

Concurso a premio da nossa Revista

Abrimos hoje um novo concurso para as jovens leitoras da Revista “Maria”

É duplo o objetivo que temos em vista. *Estimular o trabalho intellectual e a colaboração das nossas gentis leitoras e avivar nos seus corações o interesse por esses problemas de ordem religioso-social* que se relacionam de perto com a verdadeira missão da mulher catholica na sociedade e no lar. [...] ⁴ (grifo meu)

Ao avaliar o que deveria e o que não deveria ser publicado, os editores davam às suas leitoras um espaço de escrita, embora tutelada. Assim como visavam moldar seus comportamentos, buscavam também moldar a escrita de modo a criar “intelectuais orgânicas” para que se fizessem influenciadoras de opinião.

A’s nossas colaboradoras recomendamos que não queiram mandar-nos sempre traducções, sendo preferíveis os trabalhos originaes. Estes aguçam o engenho, exercitam a inteligência, obrigam a pensar, e, quando são bem feitos e merecem ser publicados, causam uma satisfação profunda no espirito dos próprios autores. Experimentem as nossas colaboradoras. ⁵

À medida que iam enviando textos para a revista, algumas dessas colaboradoras ganharam espaço no periódico a ponto de conquistar seções próprias. Nessas participações femininas é possível perceber o pensamento dessas mulheres, e quais questões elas elegem como assuntos a serem debatidos e compartilhados junto aos grupos de Filhas de Maria espalhados pelo país. Nesta ótica, os clérigos editores da revista, bem como as próprias leitoras, iam articulando suas ações e estratégias no intuito de desenvolver ações de relevância social, fugindo do meramente devocional. Afinal, a ideia de tutela visa o controle, no entanto, a eficiência desse controle é contestável.

Uma dessas articulações voltava suas reflexões para o trabalho feminino. Mas o trabalho feminino que era discutido nas páginas de “Maria” trazia um recorte que também era, por princípio, de classe. As diferentes concepções de trabalho se esboçam na revista à medida que o periódico mostra sua preocupação sobre como a mulher católica passava seu tempo, especialmente

⁴ Revista Maria, Agosto/1919. Pág. 107.

⁵ Revista Maria, Abril/1915. Pág. 05.

essas jovens que a revista sugeria terem uma condição social abastada o suficiente para não se preocuparem com o próprio sustento ou mesmo com as tarefas domésticas mais braçais.

O tempo delas era diferenciado, era o tempo da leitura, das boas obras e da caridade. O trabalho para a leitora da revista se revestia de obra espiritual e social, e nisso deveriam estar assentadas as ações sociais das associadas marianas. Já para aquelas mulheres das parcelas mais desfavorecidas da sociedade, as operárias por exemplo, à elas era direcionada uma preocupação mais específica: era imprescindível que não se permitisse que as trabalhadoras fossem seduzidas pelas ideias “socialistas” e “comunistas”, apontadas como caminhos para a desordem social e para a degeneração moral.

Modernidade Acelerada – Tempo, Feminismo e Trabalho na Pauta das Filhas de Maria.

Durante as primeiras décadas do século XX no Brasil, especialmente a partir de 1920, a sociedade passou a vivenciar profundas mudanças, especialmente no âmbito comportamental. “Os loucos anos 20” chegaram trazendo novidades que o conservadorismo cristão-católico não via com simpatia. Cabelos curtos, vestidos sem mangas, maquiagem, danças, transparências, pernas de fora - ainda que uma pequena parte apenas - irritavam pais e chocavam a Igreja. A modernidade se apresentava como uma ameaça real aos “bons costumes” da época.

A modernidade técnica não incomodava essa sociedade que festejava os avanços nos transportes, na eletricidade, na imprensa. Eram os costumes que deveriam ser preservados, a eles a modernidade não deveria contaminar. Como gênero impresso moderno, a revista era um importante instrumento de combate para aqueles que defendiam que “fogo se combate com fogo”. Então os males da modernidade seriam combatidos a partir de um impresso moderno. Com isso, “Maria” mensalmente colocava em (re)vista as questões que surgiam cada vez mais rápido, e que se tornavam pautas importantes, fosse para as mulheres, fosse para Igreja ou para ambas.

Apresentada como uma “Revista ilustrada, literária, apologética e Noticiosa” ela se propunha a ser uma revista “bem moderna e bem cristã” e assim unia adjetivos aparentemente paradoxais. Entretanto, é importante pensar como as temporalidades se entrelaçam e coexistem sem uma fissura definitiva ou uma clivagem definitiva da experiência vivida.⁶

Direitos políticos, feminismo, usufruto do corpo, profissão, enfim, uma série de questões que para a maioria dessas mulheres pareciam impensáveis ou inquestionáveis até pouco tempo antes, precisavam ser pensadas e discutidas. Por parte da Igreja a preocupação era garantir a

⁶ Ver: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

orientação sobre tais questões, mantendo inalterados os valores cristãos. Educadas para serem filhas e depois esposas e mães, as mudanças pelas quais a sociedade estava passando impunham a elas outras pautas a serem consideradas. Diante disso, era preciso que a Igreja marcasse espaço nessas discussões.

No entanto, sempre há uma distância entre a projeção e a execução, e a relação com as leitoras da revista mostrava recorrentemente que essa distancia precisava ser reajustada com frequência. Neste sentido a revista se revestia num espaço de tensão, no qual colaboradores e colaboradoras iam, partindo de seus escritos, ajustando passos para caminharem numa sociedade em constante, e cada vez mais rápida, mutação.

O gênero revista é um impresso moderno e durante as primeiras décadas do século XX no Brasil, especialmente a partir da década de 1920, estava no gosto dos leitores brasileiros, especialmente as leitoras, que encontravam nas revistas ilustradas um bom passatempo e um importante veículo de influência cultural⁷. Vários títulos se espalhavam pelas bancas brasileiras e a revista Maria precisava se apresentar como atraente, moderna, feminina e ao mesmo tempo proselitista e respeitosa das tradições, uma leitura sadia, como se costumava dizer. Uma passageira do tempo que mistura, correlaciona e reinventa regimes de tempo e historicidade⁸.

Enquanto a sociedade brasileira modernizava-se, as questões que influenciavam a vida cotidiana e, em especial, do gênero feminino começavam a aparecer na revista, vindas especialmente das Filhas de Maria que expunham em seus textos opiniões e principalmente preocupações. Nos debates sobre os novos ares que sopravam junto às questões sociais no Brasil, um ponto de inflexão importante na escrita da revista é quando a temática do feminismo ocupa a pauta das leitoras-escritoras. Na escrita do clero, principalmente do padre Xavier Pedrosa⁹, diretor e também secretário da revista, o feminismo aparece sempre relacionado ao trabalho feminino fora do lar, a degeneração moral e ao “socialismo”, e por isso mesmo deveria ser terminantemente condenado e expurgado.

Ousando discordar sem, no entanto, protagonizar um enfrentamento mais aberto com o clero, as Filhas de Maria que escreviam para a revista iniciaram uma discussão que apontava a possibilidade de existência de um feminismo aceitável, ao contrário do que a princípio defendiam os clérigos, que não perdiam uma oportunidade de ridicularizar as feministas.

⁷ Ver: MARTINS, Ana Luiza, *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de Republica*, São Paulo (1890-1922). São Paulo: FAPESP, 2008.; MARTINS, Ana Luiza & DE LUCA, Tania Regina (Orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. OLIVEIRA, Claudia (org) *O moderno em revistas: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. Entre outros.

⁸ Ver: HARTOG, François. *Regimes de Historicidade – presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

⁹ O cônego Alfredo Xavier Pedrosa, professor do seminário de Olinda, membro da Academia Pernambucana de Letras, era um assíduo participante do circuito impresso pernambucano. Publicou alguns livros, e ainda era membro da redação e/ou colaborador de alguns impressos católicos, entre eles “A Tribuna”, jornal católico, no qual ocupou os cargos de secretário, redator e redator-chefe, e a Revista Maria, da qual foi secretário, diretor e redator-chefe, cargo que ocupou até 1952, ano de sua morte. Xavier Pedrosa é aliás um personagem importante dentro da Revista Maria. Tendo assumido a direção da Revista em junho de 1920, mas já fazendo parte de seu corpo editorial antes disso, Xavier Pedrosa impôs sua escrita e opiniões em diversos espaços do periódico, especialmente aqueles mais carregados pelas discussões políticas.

Segundo Celi Regina Jardim Pinto, escrever uma história do feminismo no Brasil é uma tarefa desafiadora e difícil, em virtude da natureza fragmentada do movimento especialmente em seus primeiros anos. Tentando passar uma visão geral da história do movimento feminista no Brasil em seus primeiros anos, Celi Pinto opta por dividi-lo em duas tendências. A primeira, que ela chama de “feminismo bem-comportado” encabeçado por Bertha Lutz, e outra tendência que ela chama “face mal-comportada” do feminismo, que *“abriga uma gama heterogênea de mulheres que se posicionam de forma muito mais radical frente ao que identificavam como dominação do homem.”*¹⁰

Timidamente, mas de maneira constante, as leitoras começam a enviar textos com suas opiniões acerca do feminismo para a revista. Aos poucos vão esboçando um modelo de feminismo próprio argumentando que o mesmo pode ser bom, dentro de determinados moldes, surgindo assim, na escrita das leitoras e nas páginas de “Maria”, o “feminismo aceitável”, o “feminismo cristão”.

Embora pouco abordado pela bibliografia que trata do feminismo no Brasil, talvez justamente por ser excessivamente “bem-comportado”, essa proposta de feminismo levada a cabo pela Igreja Católica e por uma parcela considerável da sociedade brasileira merece uma leitura atenta, uma vez traz uma proposta para a mulher na sociedade, reconhecendo-lhe certos direitos, atribuindo-lhe um pequeno espaço de ação e se colocando como uma alternativa moderna (feminismo), mas totalmente enquadrada pela tradição (cristão).

O “feminismo cristão” ocupou por algumas vezes a primeira página da revista, onde figurava o editorial de cada número, o que sinaliza o esforço no sentido de atrair a atenção das leitoras para o assunto, antes que fossem “capturadas” pelas ideias emancipadoras, sufragistas e “socialistas” de outras propostas de feminismo. À medida que as discussões sobre o feminismo se avolumam, a revista passa a reconhecer a importância de tê-lo sob seu controle.

A mulher foi sempre o perfume mais delicado do lar domestico, o iris perene da paz social, o symbolo mais bello do amor, a flôr mais cheirosa do templo, a gloria o esplendor, o ornamento da patria, o centro do systema planetário. Dahi a capital importância do feminismo e a necessidade de o não deixar cair nas mãos de astutos demagogos e o não tornar monopólio do socialismo e anarchismo. A propaganda mais efficaz pertence á mulher: quando um ideal bom ou máo da mente do homem passa para o coração da mulher se torna sentimento e o seu triumpho está garantido. Dizia G. Filangieri: “A mulheres são sempre as ultimas as se corromperem, mas uma vez corruptas propagam a corrupção.” [...]

Procuremos, pois, que se desenvolva o feminismo christão, para concorrermos á solução do grande problema social, e este feminismo sob a bandeira da cruz, trará gloria á familia, á patria, e á religião....¹¹

¹⁰ PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. Pág. 10

¹¹ Mulher Socialista e Mulher Christã. In: Revista Maria, Outubro/1920, pág. 136.

O “feminismo cristão” tinha como bandeiras a pátria, a religião e a família e não contestava a ordem estabelecida, no máximo buscava certa “emancipação” feminina que garantisse às mulheres cuidado e respeito paternalistas, ou seja, uma mulher tutelada, obediente mas também bem tratada e respeitada.

Lembrando sempre do poder de influência da mulher sobre o homem e na sociedade, o texto ainda lembrava da importância de educa-las na virtude, posto que “*os homens são sempre como os quererão as mulheres*”. Antes de apresentar às leitoras o “feminismo aceitável”, o “feminismo cristão” a revista apresentou vários textos onde atacava as ideias feministas espalhadas pela sociedade. É importante ressaltar que as críticas mais duras, cheias de fúria e ironia, sem meias palavras vinham sempre da pena afiada do padre Xavier Pedrosa. Sob uso de pseudônimos ou não, o ataque do clérigo ao feminismo era implacável. A conhecida feminista Bertha Lutz foi um dos alvos mais constantes dos ataques do periódico, quando se tratava de emancipação feminina.

Quase sempre, o feminismo era relacionado à uma masculinização da mulher, que mais do que rivalizar com o homem, queria tornar-se homem ela mesma, o que a tornava uma espécie de “aberração” inadmissível.

Mas as mulherzinhas à maneira de Bertha Lutz, querem virar, tout court, homem. E dessa inversão in naturam nascem os gestos masculinos dos mais simples como guiar automóvel, aos mais complicados como escanchar-se numa sella para amansar um cavallo bravo: dos ridículos como fumar cachimbo em publico, até os mais inconvenientes, como tomar banhos de mar com elementaríssimas roupas de marmanjos ou dar cangapês no jogo de futebol.¹²

Nos estudos que tratam do feminismo, no entanto, a vertente representada por Bertha Lutz sequer chega a ser considerada um feminismo revolucionário. Para Celi Pinto, o feminismo liderado por Bertha Lutz representava a tendência “bem-comportada” do movimento. Marcada por um caráter sufragista, segundo Celi Pinto, esse feminismo,

tem limites muito precisos: nunca define a posição de exclusão da mulher como decorrência da posição de poder do homem. A luta pela inclusão não se apresenta como alteração das relações de gênero, mas como um complemento para o bom andamento da sociedade, ou seja, sem mexer com a posição do homem, as mulheres lutavam para ser incluídas como cidadãs.¹³

Guardadas as proporções, portanto, o feminismo de Lutz não se distanciava tanto assim do feminismo cristão. Exceto pela reivindicação dos direitos políticos de votar e ser votada, não

¹² Feminismo. In: Revista Maria, Dezembro/1931, pág. 326.

¹³ PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. Pág. 10

havia nada de muito revolucionário dentro da proposta. E mesmo esse grande ponto de dissenso terá que ser repensado durante a década de 1930, uma vez que em 1932 a mulher brasileira conquista o direito ao voto, e por sua vez será um importante instrumento para o fortalecimento da Liga Eleitoral Católica (LEC)¹⁴.

Ao tornarem-se eleitoras, as mulheres católicas representaram uma parcela importante do eleitorado que garantiu a vitória de muitos candidatos apoiados pela LEC. Se a estratégia da LEC foi muito bem sucedida, muito se deve ao voto feminino. A imprensa católica de modo geral reconhecia o peso representado pelo voto feminino nas eleições. Desse modo, sem questionar mais o direito concedido ao “sexo frágil”, tratou de arregimentá-lo. É o caso do jornal católico cearense *O Nordeste*, que fez intensa campanha para disciplinar o voto feminino:

Ide para as urnas decidida a concorrer, com a força do vosso voto consciente e franco, para a victoria dos candidatos da Liga Eleitoral Católica. Vós, hoje, representaes uma força, e é preciso que essa força não seja inoperante. Cidadã catholica: vede que é grande a vossa responsabilidade para com a pátria e a Religião. Que o vosso civismo – vós que sois a sentinella vigilante da Família – vos dê, também, o direito ao titulo de sentinella vigilante da felicidade do Brasil. Votae com o mesmo ardor, com a mesma dedicação, com o mesmo entusiasmo com que sabeis defender os vossos sentimentos religiosos, pois, votando na L.E.C., não fazeis mais do que ainda uma vez defendê-los. Não vos deixeis ficar em casa no dia 3 de maio. Porque, si o fizerdes, para evitar o ligeiro sacrificio de votar, lamentáveis conseqüências poderão advir da vossa abstenção. Disciplinadas e destemidas cumpri o dever que vos chama, exercendo o direito que vos assiste. [...] ¹⁵

No que se refere às Filhas de Maria a imprensa católica era ainda mais enfática, não era mais um mero detalhe, era mais importante cumprir com os deveres juntos a Igreja exercendo “um direito que não pediu” do que ser associada da Pia União das Filhas de Maria.

Minhas senhoras si esse pouco dinheiro que se gasta deve ser um motivo para uma senhora catholica não se alistar, digamos então que ainda não compreendeu ella a gravidade da situação. Eu vejo com a maxima admiração Filhas de Maria pauperrimas darem com gosto 10\$000 para um manual de Filhas de Maria, doirado, quando podiam adquirir um mais barato, de bordas encarnadas. Pois deixae que vos diga: o alistamento vale mais perante Deus que o seu manual, a sua fita e sua medalha, que não os merece.

Há obrigação de se alistar. Não há obrigação de ser Filha de Maria.¹⁶

¹⁴ De acordo com Thomas Bruneau, a LEC não era um partido político e objetivava “alistar, organizar e instruir o eleitorado católico; e assegurar o voto católico para os candidatos que aceitassem o programa da Igreja e concordassem em defendê-lo.”. Cf.: BRUNEAU, Thomas C.. *Catolicismo Brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974. pág. 82.

¹⁵ *Jornal O Nordeste*, Fortaleza, 28 abr. 1933. pág. 05. Apud: Andrade, M. Lucelia. “Filhas de Eva como anjos sobre a Terra”: a Pia União das Filhas de Maria em Limoeiro (1915-1945). (Dissertação de Mestrado), UFC, 2008. Págs. 35-36.

¹⁶ *Jornal O Nordeste*, Fortaleza, 14 fev. 1933. p. 01. Apud ANDRADE, Maria Lucelia de. “Filhas de Eva como anjos sobre a Terra”: A Pia União das Filhas de Maria em Limoeiro-CE (1915-1945). Dissertação de Mestrado. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2008. Pág. 36.

Mas antes da institucionalização do voto feminino, a ideia da mulher participar da política era severamente atacada pela Igreja, e consequentemente, pela Revista Maria. Em sua essência, o argumento é de que a política, colocada como fonte de corrupção moral, só serviria para macular a natureza feminina. Por vezes os argumentos associavam a torpeza da política à corruptível natureza feminina, assim, em um artigo não assinado, na edição de agosto de 1920, o autor afirma:

Estou convencido que a concessão deste direito á mulher brasileira aumentaria a corrupção eleitoral, a confusão política e administrativa, o caos da vida publica, sem algum proveito para a sociedade. E isso, sem tomar em consideração o aviltamento e o nenhum decoro a que se exporiam as nossas mulheres. Este seria o progresso do carangueijo.¹⁷

Via de regra havia um esforço de distorção e superficialização das questões envolvendo as pautas feministas. De modo geral, prevalecia a ideia de que a mulher pertencia ao âmbito do privado. Logo, o espaço público era interdito a elas. As falas dos detratores do feminismo mostram como a saída da mulher do lar para o espaço público, era de longe o que mais incomodava.

As mulheres andam fazendo barulho, agora no Brasil, para fazerem valer os seus direitos.

Os seus direitos? Não; ellas querem que os direitos do homem sejam os dellas. É a eterna questão do orgulho e da soberba humana.

A mulher é feita para o lar e o homem para o trabalho que levanta mantem e conserva o lar. Mas a mulher de hoje não quer isto assim. Ella deve deixar o lar, ir á rua, á repartição, ao parlamento, falar, trabalhar e legislar.

Exatamente como não quer a Igreja.¹⁸

No entanto, como a fala da revista sugere, não é de todas as mulheres que o autor fala. As mulheres pobres, nas décadas de 1910 e 1920, não tinham em sua maioria esta opção de ficarem resguardadas ao lar. A concepção de família onde o homem sai para trabalhar e a mulher fica em casa para cuidar das tarefas domésticas e da prole é uma visão burguesa, que representava a realidade de uma parcela muito menor das mulheres brasileiras, principalmente nos grandes centros urbanos do país.

As mulheres pobres estavam nas fábricas, no comércio informal, nos serviços sem qualificação, enfim, estavam na rua esforçando-se para complementar a renda familiar, quando não eram elas mesmas, as chefes de família.¹⁹

O feminismo cristão, proposto por algumas leitoras, oferece uma visão muito atenuada do que consideramos feminismo, no entanto, resguardadas as condições de gênero e o lugar social dessas mulheres, vemos na proposta de um feminismo, vindo de mulheres católicas, para

¹⁷ Opinião do feminismo christão. In: Revista Maria, Agosto/1920, págs. 107-108.

¹⁸ Feminismo. In: Revista Maria, Julho e Agosto/1931, pág. 192.

¹⁹ Ver: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Quotidiano e Poder em São Paulo do século XIX. 2ª. ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995.

mulheres católicas, algo muito significativo para entendermos as particularidades desse grupo social específico – as Filhas de Maria – que eram numerosas e ao mesmo tempo são para nós completas estranhas.

Como “malabaristas” que se equilibram entre modernidade e tradição, essas leitoras habitam um espaço-tempo onde a tradição impunha sua força e a modernidade as seduzia com novas ideias, e assim, iam engendrando um novo (não tão novo) velho (não tão velho) tempo.

As questões que envolviam o feminismo dialogavam estreitamente com a questão do trabalho feminino, que por sua vez era uma missão, obrigação e também proibição, dependendo da clivagem que a ele fosse dado na revista. Entre as muitas preocupações das leitoras da Revista Maria, o trabalho figurava como uma constante. E a partir desse mote pode-se perceber como a própria revista tem uma percepção de que suas leitoras pertencem as camadas mais abastadas da população, e justo por isso oferece uma visão particular do trabalho feminino. Na percepção da revista, suas leitoras deveriam encarar o trabalho como uma missão espiritual, um exercício de contrição que auxiliaria a fugir das futilidades de uma vida burguesa repleta de bailes, “flirts” e divertimentos. Para as leitoras o trabalho não aparece como algo ligado a necessidade de sustentar-se, mas sim como elevação espiritual, para conquistar a salvação da alma.

Donzellas christãs, vosso plano é outro superior; quereis o céu – a perfeição subida, fazei por adquiri-lo. O trabalho vos levará ao céu. Sem elle vossa existencia é insupportavel... monotonias de palavras, passeios, bailes, flirts e ... e desenganos emfim, Elle vos alegra, consola, diverte, acompanha para onde fordes, sobretudo vos preserva do peccado, esta lepra dalma. Quem trabalha não pecca. Filhas de Maria, já lestes sem duvida no vosso precioso Manual que o trabalho é a “salvaguarda da virtude.” Crede-o, assim o é. Se vossa preocupação é a tarefa a que vos obrigastes, vos faltará o tempo para as disposições, para as murmurações, para as communicações com amigas perigosas e más. [...]²⁰

Uma das formas de trabalho sugeridas para essas jovens era dedicarem-se às obras sociais, além das espirituais. Viam nas obras sociais a possibilidade de elevação espiritual, e como defensoras dos menos abastados, levantavam as bandeiras dos órfãos e também das operárias.

Como defensoras das operárias, à elas deveria caber a “luta” por condições mais dignas no espaço de trabalho, e especialmente o cuidado com a manutenção da honra das operárias pobres. Tornarem-se porta-vozes dessas mulheres cuja dignidade estava ameaçada pelas condições imorais e insalubres das fábricas, ocupava os discursos de algumas Filhas de Maria que escreviam para a revista. Seu trabalho deveria ser dedicar-se caritativamente à causa da classe operária e mais especificamente à causa das operárias. Uma releitura do papel caritativo da matrona benemérita católica.

²⁰ O Trabalho. In: Revista Maria, janeiro-fevereiro/1921, pág. 10.

Uma das mais assíduas defensoras do trabalho social junto às operárias foi Guiomar de Sá Fonte. Guiomar foi uma das leitoras que ganhou espaço de escrita na revista “Maria”. Vencedora de um dos concursos culturais da Revista, cujo resultado foi publicado no número de julho de 1923, conquistou aos poucos o seu espaço dentro do periódico. Depois de muitos textos publicados sob seu nome verdadeiro, ou sob o pseudônimo de Lygia Silvia, Guiomar foi a primeira mulher que assinou o editorial de “Maria”, ainda na época em que o cônego Xavier Pedrosa era o responsável pelo texto de abertura da revista. Uma das especialidades de Guiomar era a tradução, algumas das obras de temática religiosa propagandeadas pela revista tinham tradução feita por ela. Entretanto são os textos onde expõe suas opiniões sobre o papel da Filha de Maria frente aos problemas da modernidade que figuravam em grande número no periódico. Defendia que a Filha de Maria deveria ter uma atuação mais ativa na sociedade, e dentro das causas que, para ela, o grupo deveria adotar como suas, era a causa da mulher operária. Como mulheres cultas, caberiam a elas a defesa dessas jovens.

A mulher inteligente e culta é capaz dos maiores empreendimentos quer no campo das letras, das sciencias ou da acção social. [...]

É um dever da mulher a sua intervenção nos problemas sociaes da actualidade. Muito há que fazer – reorganização moral da familia e da sociedade; obras de protecção, especialmente ás moças operárias; patronatos; escolas catholicas; obras de beneficencia para operários, e outras muitas que seria longo enumerar.

Urge, pois, a realização desse ideal do feminismo catholico, que é a acção social feminina, e tal exige o estado da sociedade moderna.

É um dever a cumprir e sejamos as pioneiras do feminismo catholico, dando-lhe o trabalho de nossa intelligencia as nossas energias, a nossa bôa vontade e o nosso coração.²¹

Enquanto denunciava as condições aviltantes das mulheres operárias, Guiomar encampava uma defesa da causa operária desde que devidamente sintonizada com a moralidade católica. A dignidade profissional dessas jovens passava pela manutenção da dignidade e moralidade. Mesmo defendendo uma educação para as operárias, era uma educação mais moral do que profissionalizante. O medo que a educação e o trabalho distanciassem as operárias dos ideais católicos revelava também uma parte importante da estratégia de ação social para as Filhas de Maria: tutelar uma numerosa camada feminina que parecia aos poucos escapar dos dogmas católicos.

O trabalho, escola da virtude tornou-se por assim dizer a trilha da perdição. E por que, então o trabalho ao invés de dignificar a mulher avilta-a por vezes?

É o caso do trabalho portas a dentro das fabricas e officinas, onde falta o apoio moral a essas pobres moças que se acham na luta do pão quotidiano.

Faz-se mister uma disciplina austera no regulamento interno.

²¹ O feminismo. In: Revista Maria, Dezembro/1928. Págs. 296-297.

Quando, em muitos estabelecimentos, não haja essa disciplina, baluarte de defesa para as mulheres que nelles trabalham, faz-se mister a acção feminina em pról da melhoria das condições das classes laboriosas. Desenvolva-se essa acção feminina junto aos dirigentes das fabricas, das officinas, para que dentro dos seus regulamentos tenha parte primaria a austera disciplina, que para as operarias é o apoio moral nos perigos por que atravessa na vida de trabalho.²²

Não se contentando em defender uma moralidade austera nas fábricas, Guiomar elege como uma condição da vivência política das Filhas de Maria a atuação em prol dos direitos das operárias. O discurso de Guiomar em torno das operárias brasileiras é uma amálgama da visão católica de moralidade para as Filhas de Eva, e da visão moderna que as mulheres devem ocupar as disputas políticas em torno de seus direitos.

A legislação protectora das operarias está a merecer a nossa atenção. E far-se ha ella sentir até que as mulheres possam defende-la, revestidas do direito que lhes compete na politica. A mulher intelligente e de cultura tem de vir para o campo da politica em defesa dos direitos da mulher pobre, da salariada, da que vive longe de uma lar proprio, em combate á miseria por meio do trabalho exhaustivo da fabrica ou de outras officinas.²³

E quando se tratava dos direitos das operárias, o discurso de Guiomar também denunciava a exploração da mão de obra feminina, e as injustiças sociais do “progresso industrial”.

É uma verdade que o progresso industrial tem degenerado em uma verdadeira chaga social ao invés de se tornar a gloria da epoca. Como affirmação não há mais do que a situação penosa das nossas operarias. Ha patrões sem consciencia, que têm suas operarias presas ás machinas sem descanso, exigindo mais do que podem as forças. Para muitas nem o descanso dominical é permitido. Os nossos legisladores pouco ou nada têm feito em beneficio da operaria.²⁴

Apelando para a valiosa ideia da caridade cristã e do cuidado com a alma da operária que deveria ainda frequentar as missas dominicais, Guiomar encerra seu texto afirmando que tomar a questão dos direitos das operárias como uma bandeira a ser defendida é uma obrigação de todas as mulheres católicas, como ação social e também como ação católica, um pensamento que não destoa também do feminismo representado pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), que segundo Susan Besse, mantinha vínculos frágeis com as mulheres pobres, e tinha para com as operárias uma atitude paternalista e ainda eivada de temores e preconceitos.²⁵

A preocupação de Guiomar com as operárias não era algo desmedido ou sem razão. Pelo contrário, mostrava que a revista, e aqueles e aquelas que a pensavam, estavam em sintonia com

²² Acção femininina na defesa da moral das operarias. In: Revista Maria, Abril/1930. Pág. 79.

²³ Idem. Ibidem.

²⁴ Idem. Ibidem.

²⁵ Cf. BESSE, Susan K. Modernizando a desigualdade – Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil, 1914-1940. Trad.: Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: EDUSP, 1999. Pág. 194.

o que ocorria na sociedade brasileira. No momento em que publicava sua fala, o país estava passando por um período turbulento. Há mais de uma década o país enfrentava crises diversas na chamada “velha República”, que cairia alguns meses depois da publicação do texto acima. Enquanto a Igreja Católica buscava firmar-se junto à todas as categorias sociais, via nos movimento trabalhistas que dialogavam com o comunismo e o anarquismo, um espaço delicado que merecia atenção imediata.

O fato de a revista voltar sua atenção apenas para o gênero feminino também não algo aleatório, ou simplesmente ligado ao fato de ser uma revista feita para mulheres. Era mais do que isso. Ao contrário do que se possa pensar, nas décadas de 1920 e 1930 as mulheres eram parte considerável da classe operária brasileira²⁶, chegando a ser maioria em alguns setores, como no caso das indústrias têxteis. Claudio Batalha, ao escrever sobre a formação da classe operária brasileira afirma que é uma espécie de mito colocar a classe operária brasileira como essencialmente masculina.

(...) a mão de obra feminina foi muito significativa em ramos como o têxtil e o de vestuário, chegando a ser majoritária em alguns lugares. De qualquer modo, o que é importante ressaltar é que o peso do trabalho feminino esteve sub-representado na face mais visível da classe operária – suas organizações. Inclusive nas organizações de setores que contavam com a presença significativa e até mesmo majoritária de mulheres, como nas associações de trabalhadores têxteis, elas estavam quase invariavelmente ausentes dos quadros diretores.²⁷

Sentindo esse hiato de representação onde o feminismo representado pelas camadas mais abastadas, tal como o feminismo proposto pela FBPF, não tinha preocupação com as camadas mais populares, e mesmo nos órgãos de representação operária como os sindicatos, eram sub-representadas, a revista entendia que o fato de serem mulheres facilitaria a aproximação das Filhas de Maria junto às operárias e assim fortalecer junto à estas a tutela da Igreja, oferecendo-lhes uma assistência da qual careciam.

Dentro do próprio movimento operário, as mulheres pobres enfrentavam certa discriminação e resistência quanto a sua presença nas fábricas. Mais do que uma questão moral, os operários também viam nas mulheres, que recebiam salários bem mais baixos, concorrentes que solapavam seus salários e não companheiras de luta propriamente. De acordo com Margareth Rago,

²⁶ De acordo com recenseamento de 1920, no setor têxtil paulista, 58,79% do trabalho empregado era feminino e infantil. Ver: RODRIGUES, Marly. O Brasil na década de 1920: Os anos que mudaram tudo. São Paulo: Editora Ática, 1997.

²⁷ BATALHA, Cláudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge & ALMEIDA, Lucília de A. N. D. (Orgs.) O Brasil Republicano – o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. P. 165.

O movimento operário, por sua vez, liderado por homens, embora a classe operária do começo do século fosse constituída em grande parte por mulheres e crianças, atuou no sentido de fortalecer a intenção disciplinadora de deslocamento da mulher da esfera pública do trabalho e da vida social para o espaço privado do lar. Ao reproduzir a exigência burguesa de que a mulher operária correspondesse ao novo ideal feminino da mão, “vigilante do lar”, o movimento operário obstaculizou sua participação nas entidades de classe, nos sindicatos e no próprio espaço da produção, demandando seu retorno ao campo que o poder masculino lhe circunscreveu: o espaço da atividade doméstica e o exercício da função sagrada da maternidade.²⁸

Note-se que o discurso acerca das operárias, não as coloca como Filhas de Maria, nem em potencial. As coloca como tuteladas. O trabalho, para a Filha de Maria era de outra ordem: intelectual, caritativo, doméstico, maternal e devocional. Uma realidade muito diferente daquela vividas pelas operárias, que para complementarem os orçamentos familiares se colocavam sob a ambiciosa e desmedida exploração patronal. De acordo com Marly Rodrigues, por exemplo,

Em 1925, na fábrica de tecidos “Maria Angela”, pertencente a Francisco Matarazzo, um dos grandes industriais de São Paulo, os homens recebiam de 7\$000 a 9\$000 diários, as mulheres ganhavam entre 4\$000 e 5\$500, enquanto as crianças recebiam por dia de 1\$500 a 2\$000. Da mesma forma que os homens, as mulheres e as crianças enfrentavam longas jornadas de trabalho.²⁹

Ainda que não pareça uma “grande novidade” o fato de a Igreja Católica se voltar para a causa operária, posto que em 1891 o papa Leão XIII havia lançado a *Rerum Novarum*, encíclica onde falava sobre “A condição dos operários” na sociedade moderna, é justamente através da participação de uma leitora que a questão entra na pauta da revista.

Uma vez conquistadas pelas Filhas de Maria “mais esclarecidas” era o momento de formar junto às operárias brasileiras um papel de liderança protagonizado por um importante braço da Igreja Católica.

Considerações finais

À medida que ganhavam espaço de fala na revista, as Filhas de Maria posicionavam-se frente às questões da modernidade e, procurando achar um lugar de equilíbrio no tênue limite entre o moralmente aceitável (nem sempre ideal) e o reprovável, as pequenas emancipações dessas mulheres vão se dando a “dedo de saia”. Um cabelo mais curto aqui, um tornozelo a mostra ali, enquanto discutem e argumentam que há questões mais importantes, (como conquistar as operárias), e que para que o grupo continue sua existência forte e massiva como

²⁸ RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. P. 63-64.

²⁹ RODRIGUES, Marly. *O Brasil na década de 1920: Os anos que mudaram tudo*. São Paulo: Editora Ática, 1997. pág. 35.

uma legião, era importante fazer pequenas concessões para se adequar a modernidade, e não espantar as novas gerações de jovens.

A messe é grande, e por vezes é necessário que se permitam algumas pequenas “máculas” nos frutos para que não se comprometa a colheita. As mulheres que escreviam para a revista Maria parecem ter percebido isto muito antes que os clérigos. Mais do que isso, pareciam entender que ir paulatinamente, relativizando as certezas irredutíveis dos padres era mais eficiente do que partirem para o enfrentamento aberto. O “aceitável” entrava no campo tático como princípio a ser estabelecido.

Desse modo, podiam não parecer muito combativas as Filhas de Maria modernas, se compararmos a outros modos de lutas femininos, no entanto, a seu modo, e sem abrir mão de um espaço que para elas era importante - o espaço da Igreja e da irmandade que também era um espaço de sociabilidade e de status social - elas passaram a construir uma tática tecida cotidianamente. Nessa rede, elas não são rebeldes o tempo todo, mas também não são completamente deferentes. São mulheres do seu tempo, enfrentando mudanças de um mundo que parecia ter entrado em uma marcha mais acelerada. Não podiam mudar completamente, nem queriam, pois a maioria dela entendia o que era ser mulher a partir do que a Igreja ensinava.

Enquanto aprendiam que havia outras formas de ser mulher, elas procuravam um espaço onde ainda se reconhecessem como a tradição lhe ensinara, mas onde pudessem se reinventar de acordo com os flertes da modernidade.

Não se trata ainda de julgar se suas lutas e conquistas foram menores ou maiores ou melhores. Não é essa a questão.

O feminismo proposto pelas Filhas de Maria, assim como a perspectiva de trabalho por elas apresentada, era sobretudo uma questão de classe. O trabalho da associada da Pia União era de cunho intelectual, caritativo, reflexivo. O trabalho proposto a elas não faz referências ao braçal, ao trabalho sub-assalariado que era a realidade das mulheres pobres que eram obrigadas a trabalhar fora para garantirem a sobrevivência da família.

Entre o trabalho espiritual, intelectual e o trabalho braçal, a Filha de Maria tinha um lugar determinado, assim como o tinha a operária. À primeira caberia formar, tutelar, modelar a operária moralmente pura, à segunda caberia receber tudo com gratidão.

Muitas das filhas dos patrões dessas operárias certamente eram Filhas de Maria, à elas caberia salvar a alma e a honra daqueles corpos que seus pais exploravam em fábricas insalubres, com salários de fome, num país onde sobrava desigualdade e pietismo. Feitores dos corpos operários que tinham em suas filhas guardiãs da honra e da alma.